

12 DEZ 1985

Maurício Fruet

Apostar na Constituinte

O ideal seria a Constituinte originária, como a desejavam a Ordem dos Advogados e a CNBB, entre outros organismos e a consciência liberal do país. Havia complicadores graves, embora não procedesse o velho argumento de que esse estilo de Constituinte se funda no pré-requisito da ruptura, embora não necessariamente revolucionária.

Em 1946, nossa última Constituinte, havia um **background** excepcional: o fim da Guerra Mundial com a derrota do nazi-fascismo e da ditadura do Estado Novo. Era uma ruptura para valer que obrigava a uma reavaliação de tudo sobre a vida, o destino das criaturas, a organização da sociedade, a administração do conflito capital e trabalho. Impunha-se uma nova escala de valores, outra axiologia. Hoje, depois do represamento do regime militar, há igualmente uma expectativa de mudança. Ela, aliás, vem se impondo nas últimas eleições, isso desde 1974 para alcançar o auge em 1982 e confirmar-se agora, com o dramático teste nas capitais. As elites brasileiras sabem — e isso elas o demonstraram em todos os ciclos históricos do Brasil-Colônia até hoje — como manter esse processo sob seu comando. Deram prova disso com a arregimentação das diretas, ao encamparem e passarem ao comando de um dos movimentos populares mais expressivos de nossa história. Isso necessariamente não é um mal, pois de outro lado a sociedade civil mostrou avanços em termos organizacionais, agora não mais dependendo, pelo menos em expressivas manifestações, da tutela do Estado. Do sindicalismo de vanguarda dos metalúrgicos do ABC, que deflagram o be-a-bá da ruptura, ainda em pleno vigor do autoritarismo, aos dois bóias-frias, bancários, petroleiros, médicos, temos um painel

de uma sociedade que legitima instituições ou cria novas, nem sempre ao gosto do governo

Como Franco Montoro, em seu ensaio, tratou das perspectivas da democracia que temos para que a que queremos, também podemos imaginar como reverter a desvantagem do processo, de constituinte congressual. É possível fazê-lo, aprofundando os níveis de mobilização da sociedade. Ainda agora, apesar do açodamento "técnico" na tramitação do pacote econômico-financeiro, deu para perceber que a exigência de clareza e permeabilidade é uma imposição ética. Na realidade, para que houvesse mesmo transparência — e que esta fosse meridiana, solar — indispensável seria que as medidas permitissem o debate e com ele o exame aprofundado de todas as suas consequências na vida comum do cidadão. A promessa do leite para os pobres é meio estranha no cardápio. Teríamos condições de fazer tal distribuição e ironicamente, num momento em que é visível a operação especulativa com estoques de te congressual estabelece, de saída, mercados e mercearias? E preciso um pouco de dúvida, criadora e instigante, em meio à tanta discursão, onde a versão vale mais do que o fato, diante da óbvia constatação de que o fosso entre intenção e realidade, a oratória e a concretude, a teoria e a prática se torna cada vez mais amplo. A Constituinte congressual estabelece, de saída, uma *capitis diminutio*, ao aceitar o bicameralismo.

Como discutir, por hipótese, o fim da Câmara revisora, com os senadores eleitos participando das decisões? Pois, mesmo com o peso da restrição, é possível modelar o Estado brasileiro, na perspectiva dos sentimentos da Nação.

Maurício Fruet é prefeito de Curitiba